

Reflexões sobre a conjuntura político-econômica pós-impeachment

M. R. CHAVES

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul. Bacharel e Licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP (1989). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro e pós graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Diretor de Planejamento Institucional do Centro Universitário Ítalo Brasileiro. São Paulo, SP, Brasil

E-mail: marcial.chaves@uniitalo.it

COMO CITAR O ARTIGO:

CHAVES, M. R. Reflexões sobre a conjuntura político-econômica pós-impeachment. **Uníitalo em Pesquisa**, URL: www.italo.com.br/pesquisa. São Paulo SP, v.6, n.3, p. 35-52, out/2016.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar abordagens sobre aspectos da conjuntura político-econômica após a decretação do impedimento da ex-presidente Dilma Roussef. Ressaltaremos as possibilidades que se abrem para a implementação dos ditos imprescindíveis ajustes fiscais com vistas ao saneamento do Estado brasileiro. A partir dessa análise tentaremos por em perspectiva as possibilidades do atual governo do presidente Michel Temer estabelecer uma agenda de ajustes apontando quais suas reais chances de contenção da crise econômica, além de ressaltar o papel dos atores sociais acerca dos ajustes que se pretende implementar para debelar a crise.

Palavras-chave: crise política, crise econômica, conjuntura pós-impeachment, o novo governo Temer.

ABSTRACT

This work aims to conduct approaches to aspects of political and economic situation after the decree of preventing the former president Dilma Rousseff. We will outline the possibilities that open to the implementation of the said essential fiscal adjustments with a view to the Brazilian state of sanitation. From this analysis we will try to put into perspective the scope of the current government of President Michel Temer establish a schedule adjustments pointing what their real chances to contain the economic crisis , in addition to emphasizing the role of social actors about the settings that you want to implement to tackle the crisis.

Keywords: political crisis, economic crisis, post- impeachment situation, the new government Temer

1 INTRODUÇÃO

O Brasil acaba de passar por um traumático processo de deposição de sua chefe de estado e de governo. O *impeachment*¹ da ex-presidente Dilma Rousseff teve início em 02 de dezembro de 2015 com a aceitação pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha² da denúncia por crime de responsabilidade pelo procurador de justiça aposentado, Hélio Bicudo³, pelo jurista Reale Junior⁴ e pela

¹ Processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo (p.ex., presidente da República, governadores, prefeitos) ou do poder judiciário (p.ex., ministros do S.T.F.), cuja sentença é da alçada do poder legislativo, podendo ter como sentença a destituição do réu.

² Eduardo Cosentino da Cunha é um economista, radialista e político brasileiro, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Atualmente, encontra-se afastado provisoriamente do mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi presidente da Câmara dos Deputados, cargo que ocupou de 1º de fevereiro de 2015 até sua renúncia, em 7 de julho de 2016. Filiado ao Partido da Reconstrução Nacional, foi presidente da Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro durante o Governo Collor. Enquanto filiado ao Partido Progressista Brasileiro, comandou a Companhia Estadual de Habitação no mandato do governador Anthony Garotinho. Candidatou-se pela primeira vez a um cargo eletivo em 1998, tendo ficado como suplente de deputado estadual e assumido uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado em 2001. Elegeram-se deputado federal pela primeira vez em 2002, ainda no PPB, sendo reeleito pelo PMDB nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Evangélico, é atualmente membro da igreja Assembleia de Deus, Ministério de Madureira. Está sendo investigado pela Operação Lava Jato e foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Acusado de mentir na CPI da Petrobras, teve contra si aberto processo em que se pede sua cassação por quebra de decoro parlamentar. Em 3 de março de 2016, o STF acolheu por dez votos a zero, em unanimidade, a denúncia do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, contra Eduardo Cunha por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, tornando-o réu neste tribunal.

³ Hélio Pereira Bicudo é um jurista e político brasileiro, militante de direitos humanos, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1947. Como procurador de Justiça no Estado de São Paulo, destacou-se, juntamente com o então Promotor de Justiça Dirceu de Mello, no combate ao Esquadrão da Morte. Em razão do combate ao Esquadrão da Morte e de todas as outras investigações de violações dos direitos humanos que conduziu neste período, teve o seu nome incluído no Serviço Nacional de Informações.

Em 1981, integrou a 1ª Diretoria Executiva da Fundação Wilson Pinheiro, fundação de apoio partidária instituída pelo PT, antecessora da Fundação Perseu Abramo. Em 1986 foi candidato ao senado pelo PT, ficando em terceiro lugar, atrás dos eleitos Mário Covas e Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.4 outubro 2016

advogada e professora de Direito da Universidade de São Paulo, Janaina Pascoal⁵.

Após longas e acaloradas discussões nas chamadas Comissões Especiais do Impeachment, em que a defesa da ex-presidente Dilma ficou sob a responsabilidade do titular da Advocacia Geral da União⁶ nos

Fernando Henrique Cardoso, ambos do PMDB. Foi secretário dos Negócios Jurídicos do município de São Paulo na gestão de Luíza Erundina de 1989 a 1990, ano em que se elegeu deputado federal. Em fevereiro de 2000, foi empossado como presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington. É o terceiro brasileiro a ocupar a presidência da entidade. Foi vice-prefeito de São Paulo de 2001 a 2004, durante a gestão de Marta Suplicy. Um dos aproximadamente cem professores que fundaram o chamado inicialmente Partido dos Trabalhadores em Educação e depois partido dos Trabalhadores em 1980, foi filiado ao PT, desde a sua fundação, da primeira ata, e desfiliou-se do partido em 2005, devido ao Mensalão. Em 2010, declarou apoio a Marina Silva no primeiro turno, e a José Serra no segundo turno. Em 2012, apoiou novamente José Serra na disputa municipal paulista.

⁴ Miguel Reale Júnior é um jurista e professor brasileiro. É advogado, professor da Universidade de São Paulo e foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso. Formado em direito em 1968 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela qual também se tornou doutor em 1971 com a tese *Dos estados de necessidade* e livre-docente em 1973, Miguel Reale Júnior tem forte atuação na área do direito penal. É professor da Faculdade de Direito da USP desde 1971, sendo professor titular de direito penal desde 1988. É autor de diversos artigos publicados nos mais diversos periódicos. Foi um membro da Comissão Revisora da Parte Geral do Código Penal e da Lei de Execução Penal entre 1980 e 1984.

⁵ Janaína Conceição Paschoal tornou-se conhecida nacionalmente por ter sido coautora da denúncia que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional. É advogada e professora da Universidade de São Paulo. Obteve um doutorado em direito penal pela Universidade de São Paulo em 2002, orientada por Miguel Reale Júnior, com a tese *Constituição, Criminalização e Direito Penal Mínimo*. Atua na linha de pesquisa do direito penal econômico.

⁶ AGU é a instituição brasileira responsável pelo exercício da advocacia pública em âmbito federal. Por advocacia pública federal entende-se a defesa de todos os poderes da União na esfera judicial ou extrajudicial, bem como o exercício de atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal. Além disso, também representa a República Federativa do Brasil perante a justiça de outros países e organismos e jurisdições internacionais. Na Constituição Federal (art. 131), a AGU é tratada como função essencial à justiça, ao lado do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Privada e da própria magistratura.

últimos meses do seu governo, Eduardo Martins Cardozo⁷. Os ritos do processo, previamente definidos pelo Supremo Tribunal Federal tiveram, contudo, um ponto insólito. O presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, que presidia a sessão que a condenou por crime de responsabilidade, permitiu que fosse realizada uma votação separada para analisar se Dilma deveria ser inabilitada para ocupar cargos públicos. E mesmo perdendo por 42 votos a 36 (eram necessários dois terços dos votos, ou seja, 54), ela manteve o direito não só de participar da administração pública como disputar eleições, fato este que esta a repercutir de forma intensa nos meios político, jurídico e na grande mídia.

Parte considerável das sessões da Comissão especial de Impeachment no Senado foram utilizadas pelos senadores para que as suas retóricas chegassem até as suas bases aproveitando-se da cobertura integral da TV Senado e do canal pago Globonews. Os ânimos se acirraram para além do esperado na medida em que já se sabia do resultado com antecedência, pois antes da votação final já havia acontecido a votação pela admissibilidade do processo ocasião

⁷ José Eduardo Martins Cardozo é um advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1980. Foi deputado federal, ministro da Justiça e advogado-geral da União do Brasil. É professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e procurador do Município de São Paulo, atualmente licenciado. Formou-se bacharel em direito em 1981 pela PUC-SP, onde também concluiu mestrado em 1993 e cursou doutorado (este em andamento desde 1994), sob a orientação do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. É professor daquela instituição e do Damásio Educacional, bem como procurador do Município de São Paulo, encontrando-se licenciado desse cargo. Foi Secretário Municipal de Governo da cidade de São Paulo durante a administração da prefeita Luiza Erundina, então no PT, entre 1989 e 1992. Em 1992, candidatou-se a vereador também pelo PT, obtendo uma suplência. Após as eleições estaduais e federais de 1994, ascendeu à titularidade no legislativo municipal. Candidatou-se à reeleição em 1996, exercendo o mandato entre 1997 e 2001. Nesse período seu trabalho obteve bastante repercussão por ter sido o principal proponente das denúncias de corrupção contra vereadores da bancada de apoio ao então prefeito

em que os partidários de Temer venceram por confortável margem, o que voltaria a se repetir no julgamento final.

O processo chegou ao fim em 31 de agosto de 2016 no plenário do Senado Federal, com a destituição da então maior mandatária da nação com a consequente efetivação no cargo de presidente da República de Michel Temer.

2 PRIORIDADES DO GOVERNO E DO PARLAMENTO PÓS-IMPEACHMENT

O novo governo assume com a difícil incumbência de tirar o país de sua pior crise econômica que se tem notícia. O catastrófico estado das finanças públicas tem rendido discussões entre os maiores pensadores da área econômica do país. Até o presente momento a proposta de se estabelecer uma meta para os gastos públicos é, na visão de muitos, efetivamente, a única proposta que terá chance de passar sem causar um tsunami tanto na base de apoio ao governo no congresso, quanto na população em geral que vê com renovado ceticismo as propostas de flexibilização das leis trabalhista e também a famigerada reforma da previdência.

Para o economista Alexandre Schwartzman⁸:

⁸ Alexandre Schwartzman é um economista brasileiro, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), possui mestrado em Economia pela USP, e obteve um doutorado em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley Entre 1999 e 2001, Schwartzman foi economista-chefe no Indosuez, e de 2001 a 2002 na BBA Corretora. Em 2003, Schwartzman sucedeu a Beny Parnes na Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, onde permaneceu até 2006. Entre 2006 e 2008, foi economista-chefe para a América Latina do ABN Amro Bank, e de 2008 a 2011 ocupou o mesmo cargo no Grupo Santander Brasil. Atualmente, além de ser sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica, escreve a coluna semanal *Opinião Econômica* para a *Folha de S. Paulo* e uma coluna mensal para o *Valor Econômico*.

A proposta de criação do teto para as despesas federais é a principal iniciativa do governo na área fiscal. É também a única iniciativa do governo na área fiscal, mas seria a principal mesmo se houvesse outras. A razão é simples: há mais de duas décadas os gastos do governo vêm crescendo a um ritmo de 6% ao ano acima da inflação. (SCHWARTSMAN,2016,p.1)

Na visão de Schwartsman como não há nenhuma perspectiva de que o PIB cresça nesse ritmo (de 6% ao ano) a criação do teto para os gastos públicos desponta como a única alternativa possível de evitar ou pelo menos adiar o aumento da carga tributária. Esta uma medida para lá de impopular.

As dificuldades de implementação de medidas de austeridade fiscal são comuns em qualquer governo, contudo o quadro encontrado pelo governo Temer é profundamente marcado pelos embates ocorridos durante as intermináveis sessões das comissões que analisaram o processo de impedimento. As graves ofensas trocadas entre os senadores de ambas as partes geraram um rescaldo que só fez piorar o ambiente político no já combalido parlamento brasileiro.

A própria presidente deposta que acenava com a possibilidade de abandonar a política no caso de deposição, reviu, às pressas, a sua posição e proferiu acalorado discurso após a divulgação do resultado anunciando que ela e seus aliados liderariam a mais ferrenha e irascível oposição que o atual governo poderia enfrentar, como que se pintando para a guerra voltou a bradar que para os 'golpistas' guardara a sua mais feroz disposição de luta tal como fez quando se levantou contra a ditadura militar.

Para Christopher Garman⁹ o pior já passou e o processo de impeachment efetivou o presidente Temer. O renomado analista entende que o mercado enxerga nesse governo uma disposição para que os ajustes necessários se realizem e afirma que esse mesmo mercado não acredita mais em possível crise de governabilidade e que agora a pergunta é o que o governo pode efetivamente entregar em termos de ajustes fiscais. Para Garman, o governo terá sim, condições de promover os ajustes embora uma árdua batalha se anuncie para que se leve a cabo os projetos de reforma.

Essa percepção das agências que medem os riscos de mercado é também compartilhada por economistas do nível de José Roberto Mendonça de Barros¹⁰ que assinala que a mudança de governo abre espaço para mudanças que eram e são necessárias e que estavam bloqueadas pelo governo antigo e em certa medida, pela interinidade do governo Temer.

⁹ Christopher Garman é Mestre em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, San Diego e bacharel em Economia pelo Grinnell College (Grinnell College é uma faculdade de artes liberais particular em Grinnell, Iowa, Estados Unidos, conhecida por sua marcante tradição de ativismo social). Ele é fluente em Português e proficiente em espanhol. Trata-se de um cidadão com dupla nacionalidade (estadunidense e brasileira), Chefe global de análise de risco-país do Eurasia group umas das mais importantes consultorias do planeta. A área de pesquisa de Christopher Garman incide sobre as políticas de gestão macroeconômica entre mercados emergentes e estudos comparativos das eleições nacionais. Ele também lidera a cobertura da empresa do Brasil, incluindo o enquadramento regulamentar no setor da energia. Em particular, ele tem sido fundamental para orientar a análise do escândalo Lava Jato. Antes de ingressar na Eurasia Group, Christopher trabalhou como um analista político sênior da Tendências Consultoria Integrada, empresa de consultoria econômica líder no Brasil.

¹⁰. José Roberto Mendonça de Barros economista, com doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (1973) e Pós-Doutorado no Economic Growth Center, Yale University, USA (1973/1974). Atualmente é Membro do Conselho de Administração da BM&F BOVESPA e Tecnisa e membro do Conselho Consultivo do Pão de Açúcar, do Grupo O Estado de São Paulo, da FEBRABAN e da Link Partners além de Membro da Câmara Consultiva do Novo Mercado da BM&F Bovespa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1995 e 1998, e ex-secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República entre abril e novembro de 1998. Foi professor da Universidade de São Paulo por mais de 30 anos e é sócio da MB Associados, primeira consultoria brasileira fundada em 1978.

Para Mendonça de Barros, o fato de a oposição atual,(antiga situação) sair muito enfraquecida do processo é também uma vantagem para o governo pois apesar de haver dificuldades para se efetuar as mudanças necessárias o âmbito fiscal há, pelo menos um consenso sobre essa agenda.

Em sua análise, o economista aponta as oportunidades que se abrem em setores altamente regulados da economia como os de petróleo e gás, logística, infraestrutura e de telecomunicações que são setores da microeconomia que se constituíam em gargalos importantes e que agora passam a ser destravados.

Já o especialista em finanças públicas, Mansueto Almeida vaticina:

O populismo e o ideologismo fizeram muito mal para o Brasil e para a América Latina. O que o Brasil precisa, neste momento, é perder o medo do debate. Vamos discutir o sistema tributário, se a sociedade quer tributar mais dos ricos, é discussão normal, que ocorre em todos os países. Agora, fazer determinadas políticas sem recursos e aumentar a dívida pública para dar subsídio a empresas que não precisam, é irreal. Isso não é agenda de esquerda. Isso é responder a grupos de interesses. Também não faz sentido a Petrobras ser a operadora única do Pré-sal sem ter condições de investir. A própria empresa não quer, mas se colocou essa obrigação numa lei, que não é modificada por questões ideológicas.(ALMEIDA, 2016, p.1)

Para o renomado especialista que hoje é o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, o governo vai rever uma série de benefícios que são concedidos hoje a vários segmentos econômicos como forma de aumentar a arrecadação, Mansueto Almeida, diz que muitos dos incentivos perderam a razão de existir, mas não são revertidos por causa de poderosos *lobbies* que prevalecem em Brasília. Na sua ótica, se esse tipo de política agregasse

valor, o Brasil não estaria afundado em uma recessão tão severa, com mais de 11 milhões de desempregados.

Recentemente, Almeida lançou um livro organizado por ele em parceria com Felipe Salto em que discute a situação recente do país e apregoam que a gestão das contas públicas no Brasil mostra uma carência enorme de responsabilidade por parte dos governantes, no sentido não apenas de expurgá-la de malfeitos de gestores, mas de direcioná-la e praticá-la conforme os objetivos que essa gestão deve buscar. Salto e Almeida argumentam que nessa linha cabe debater “(...) como financiar de maneira eficaz (levando ao resultado desejado), e eficiente (com o comprometimento mínimo de recursos que são escassos), os anseios da sociedade”. (ALMEIDA & SALTO, 2016)

Para o eminente Cientista Político e Jornalista André Singer¹¹ o projeto de poder do PT, o lulismo, já dava claro sinais de falência quando Dilma convoca Joaquim Levy para conduzir a política econômica do país, pois na sua opinião este fato revelara-se como uma antítese do que ela defendera como agenda em sua campanha.

Contudo, o renomado pensador assinala que a queda da presidente constitui-se num profundo golpe para democracia brasileira embora pondere que:

Independentemente das falhas de avaliação de Dilma, o lulismo foi incapaz de oferecer uma narrativa coerente sobre a avalanche de acusações formuladas pelo Partido da Justiça

¹¹ André Singer é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), onde se formou em Ciências Sociais e Jornalismo, e coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). É colunista do jornal Folha de S.Paulo e foi secretário de imprensa da presidência no primeiro mandato do governo Lula. Entre outros livros, é autor de *Os Sentidos do Lulismo* (Companhia das Letras, 2012). Tem experiência em Comportamento Eleitoral, Teoria Política Moderna e Classes Sociais na Política Brasileira Contemporânea, atuando nas áreas de comportamento político, problemas da democracia e análise de classe da situação brasileira presente.

sediado em Curitiba. De outro lado, a mídia estimulou um clima de caça às bruxas decisivo para cimentar a maioria que deu suporte ao golpe parlamentar (SINGER ,2016 p.1)

Como visto a conjuntura atual é fruto de um processo que esta longe de ser unanimidade pois para muitos pensadores há componentes de manipulação em diversos fatos que contribuíram para o impeachment.

3 ATORES SOCIAIS

Entendemos ser de fundamental importância aqui mencionarmos que a análise da capacidade de implementar uma agenda tão delicada - que inclui a reforma da previdência - do ponto de vista da aceitação dos vários atores sociais como os sindicalistas e demais movimentos sociais não pode ser feita sem levar em consideração os rumos da operação Lava Jato¹²

Cabe destacar que em 06.09.2016 O Conselho Superior do Ministério Público Federal aprovou a prorrogação por mais um ano da força-tarefa da Operação Lava Jato, em Curitiba, responsável por

¹² A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

investigação de fraudes na Petrobras. O prazo para que 11 procuradores se dedicassem exclusivamente às apurações da Lava Jato terminaria em 8 de setembro deste ano. Agora vai até setembro de 2017.

A lava jato já demonstrou seu enorme potencial de desestabilização nos governos haja vista a renúncia do ex-ministro do planejamento de Temer, Romero Jucá que teve que renunciar as pressas assim que o governo interino tomou posse, por ter seu nome implicado em fatos relativos a operação. Jucá constituía-se num dos auxiliares mais importantes e próximo ao presidente Temer. De tal sorte, que o fator lava jato não pode ser descartado dentre as variáveis que podem influir de forma efetiva na condução da agenda do novo governo.

Há que se destacar ainda que dentre os atores sociais as centrais sindicais e outros movimentos já deram mostras do que podem fazer em termos de mobilização no domingo dia 04 de setembro de 2016 a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e outros movimentos congêneres levaram 100 mil pessoas às ruas de São Paulo o que fez o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles reconhecer, na grande mídia, que se tratava de um número substancial de manifestantes.

Tais fatos atestam o que todos os analistas aqui citados já corroboraram, que o governo Temer não terá vida fácil na sua dura tarefa de levar a cabo os pontos que constituem a sua agenda de ajustes.

Embora fale-se muito em consenso sobre a necessidade premente da reforma da previdência há discursos qualificados que destoam do coro unânime.

Para a o economista, Guilherme Costa Delgado¹³ o aumento da despesa previdenciária deve ser resolvido com a criação de novas fontes de recursos, o que incluiria uma reforma tributária, e não com a redução de direitos conquistados. “Precisamos fazer sempre uma distinção entre a ética previdenciária e a questão fiscal. A reforma da Previdência não pode se limitar à questão fiscal”, diz Delgado.

Em sua análise, Delgado prossegue:

Diante de uma conjuntura que envolve menos contribuintes, mais beneficiários e benefícios de duração maior devido ao aumento da expectativa de vida, o governo estuda propostas como a unificação de todos os regimes de aposentadoria a partir de uma idade mínima e até mesmo a desvinculação dos benefícios do salário mínimo. (DELGADO, 2016, p1)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, estamos a constatar que a partir da análise dos debates levado a público pelas diversas mídias, que vivemos hoje uma severa crise econômica com índices de desemprego alarmantes. Não obstante, entendemos que a despeito de o impeachment estar previsto na constituição trata-se de processo traumático pois a deposição de um

¹³ Guilherme Costa Delgado é um eminente economista brasileiro que possui doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1984). Coordenou a área previdenciária do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e integrou o Conselho Nacional de Previdência Social. É consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz A Comissão de Justiça e Paz é o Organismo da Igreja Católica, no Distrito Federal, encarregado de estimular as comunidades locais a promoverem a justiça social e a paz, segundo a mensagem do Evangelho e a doutrina social da Igreja. Atua em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Pontifício Justiça e Paz do Vaticano. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura, política agrícola, política social, previdência social e previdência rural.

presidente eleito esta longe de ser algo trivial ainda que se observe os dispositivos constitucionais.

Por outro lado, diante do caos econômico, em larga medida, decorrente das escolhas feitas pelo governo depostado que ao segurar os preços dos combustíveis e da energia e ampliar o crédito, aumentou artificialmente o consumo acima da capacidade de pagamento das famílias além de endividar o tesouro para dar prosseguimento ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹⁴ solapando de vez o equilíbrio das contas públicas e reverberando no acirramento da crise política que encorajava cada vez mais a fuga de capitais do país. De tal forma, que ante o impasse que nos encontrávamos, o desfecho do processo acabou por tornar-se cada vez mais uma necessidade até para apontar para algum rumo, cabendo até a paráfrase da velha máxima de que: 'as vezes um fim trágico é menos pior do que uma tragédia sem fim'.

De tal forma, que, cabe aqui ressaltar, que por mais dramáticos e desgastantes que tenham sido todos os episódios que marcaram o processo de impeachment que finalmente teve seu desenlace, fica claro que essa monumental crise política que estremece a nação mudou de capítulo mas, certamente, ainda não se encerrou.

Por fim, assinalamos, que o presente texto procura se juntar aos demais esforços de jornalistas, acadêmicos e todos os que pensam o

¹⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, e que previu, inicialmente, investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

país, com vistas a uma exortação de que as lideranças políticas e da sociedade civil se esforcem para trilhar o caminho do entendimento e buscar criar bases de consenso que apontem para soluções que, baseadas na negociação, no convencimento e na argumentação ajude o país a mudar esta situação, de patamar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; SALTO, F. Finanças Públicas – Da Contabilidade Criativa ao Resgate da Credibilidade. Rio de Janeiro: Record, 2016

ALMEIDA, M. O Populismo e o Ideologismo fizeram muito mal ao Brasil. Disponível em:
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/07/10/interinas_economia,539691/mansueto-almeida-o-populismo-e-o-ideologismo-fizeram-muito-mal-ao-br.shtml Acesso em 10.jul.2016

BARROS, José Mendonça de. Crescer Não é fácil: A crise, o crescimento mundial e o crescimento brasileiro. São Paulo: Campus, 2012.

DELGADO, Guilherme. A Universalização dos direitos sociais no Brasil e a previdência rural. São Paulo: IPEA, 2002

_____. Reforma da Previdência , proposta e restrição de direitos básicos . Disponível em:
<http://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-da-previdencia-proposta-e-restricao-de-direitos-basico>, Acesso em 07.set.2016

GARMAN, Christopher . Temer teria capital político para uma virada. Disponível em :<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/220112/Eurasia-Temer-n%C3%A3o-teria-capital-pol%C3%ADtico-para-uma-virada.htm> Acesso. em 25.ago.2016

SCHWARTSMAN, Alexandre. Mitologia do golpe é um excesso de desonestidade intelectual. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2016/08/1808668-mitologia-do-golpe-e-um-excesso-de-desonestidade-intelectual.shtml>. Acesso em 31.ago.2016

SINGER, Andre. **Por que gritamos Golpe? – Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016